

**HABEAS CORPUS Nº 547.506 - PB (2019/0351808-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : FRANCISCO PEDRO DA SILVA  
**ADVOGADO** : FRANCISCO PEDRO DA SILVA - PB003898  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : CARLOS SÉRGIO TRAJANO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CARLOS SÉRGIO TRAJANO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba proferido no HC n.º 0810829-52.2019.8.15.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 28/12/2018, juntamente com outro indivíduo, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, sustentando nulidade da audiência de inquirição de duas testemunhas por intermédio de carta precatória, realizada no mesmo horário em que outras pessoas estavam sendo inquiridas pessoalmente, e insurgiu-se, também, contra o decreto de prisão preventiva. A ordem, contudo, foi denegada.

Neste *writ*, alega-se, em suma, a existência de cerceamento de defesa sob o seguinte argumento (fls. 4-5; sem grifos no original):

*"Quando ao cerceamento de defesa combatido pela procuradoria de justiça, por ocasião do habeas corpus impetrado perante o Tribunal de Justiça, não é só a publicação no diário da justiça do encaminhamento da carta precatória, **é a coincidência das audiências designadas**. No mesmo dia e horário foi marcada audiência na comarca de Serra Branca – PB, para ser ouvido José Djair Custódio, Severino Rodrigues de Queiroz, e Alexandre Aires Cavalcante. No mesmo horário fora designada audiência em Campina Grande há mais de 120 km de distância para ser ouvido Patrício Leomarques Alves e Júlio José de Sousa. Já para a comarca de Juazeirinho, foi designado o mesmo dia e horário para ser ouvido Cleudo Ferreira Caldeira, todas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, e todos os esforços feitos para que as audiências de Campina Grande e Juazeirinho fossem suspensas, não surtiram o efeito desejado, o advogado não se pôde fazer presente por*

*não ter como uma pessoa humana se fazer presente em três locais diferentes no mesmo dia e horário, e assim o fato mais extraordinário aconteceu. **O paciente ficou impossibilitado de na comarca de Campina Grande e Juazeirinho, realizar o princípio do contraditório.***"

Sustenta-se, também, a existência de constrangimento ilegal, consubstanciado no excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer-se, em liminar e no mérito, a anulação de todos os atos processuais praticados sem a presença do Advogado, bem como o relaxamento da custódia cautelar.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Destaco, por oportuno, os seguintes trechos do acórdão impugnado (fl. 10; sem grifos no original):

*"O pedido mandamental está fundamentado em três premissas: nulidade processual pela falta de intimação da defesa de audiência realizada na comarca de Campina Grande, via precatória, aliás, na mesma data em que foram ouvidas testemunhas na sede do processo; ausência de prova da participação do paciente no crime imputado e, consequentemente, ausência de motivos para a custódia preventiva.*

*A nulidade apontada não existe e, relativamente à prisão preventiva, esta Corte já teve oportunidade de se manifestar a respeito. **Daí que, a ordem não merece ser concedida, pelo primeiro fundamento e sequer conhecida, pelos demais, como se extrai do bem elaborado parecer do Dr. Luciano de Almeida Maracajá, o qual, adotando como razão de decidir, peço venia para transcrever: (ID 4795722)***

*Inicialmente, frisa-se que o *habeas corpus* presta-se a afastar ou evitar a violência ou coação à liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, nos termos do art. 5º, inc. LXVIII, da Carta Magna.*

***In casu, alega-se constrangimento ilegal por cerceamento de defesa, uma vez que a defesa não teria sido devidamente intimada acerca da carta precatória destinada à oitiva de testemunhas em Juízo diverso.***

*Em que pese o impetrante não ter juntado documentação suficiente a comprovar sua alegação, vislumbra-se, do Diário de Justiça publicado em 23/09/2019, a inclusão de nota de foro para este fim.*

*De tal modo, **diferentemente do que leva a crer a defesa, dias antes à audiência aprazada e, também, à mencionada no ID 4687331, o causídico foi devidamente intimado da expedição e da data designada para realização daquele ato na Comarca de Campina Grande/PB, conforme se***

**evidencia:'**

[...]

*Portanto, não há constrangimento ilegal a ser declarado neste sentido."*

Como se observa, o Tribunal *a quo* não emitiu pronunciamento sobre a tese de cerceamento de defesa decorrente da coincidência das datas das audiências designadas. Desse modo, a análise originária do tema por esta Corte configuraria indevida supressão de instância.

Também quanto ao alegado excesso de prazo na formação da culpa, a matéria não foi examinada na instância *a quo*, o que impossibilita, de igual modo, a apreciação da controvérsia nesta oportunidade.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, sobretudo acerca do andamento atualizado do feito e sobre a alegação de nulidade ora arguida.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora